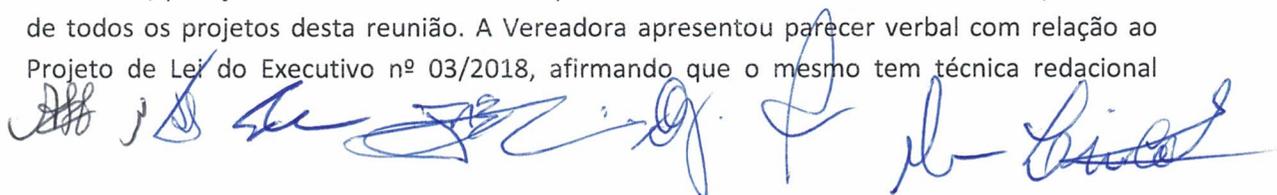
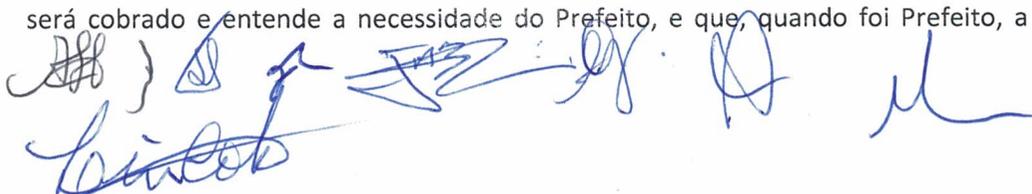


Ata da Décima Reunião Ordinária de 2018

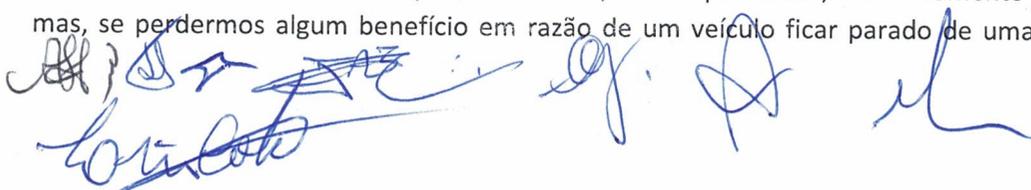
Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio de 2018 (dois mil e dezoito), às 19 (dezenove) horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Mar de Espanha com a presença dos nove senhores Vereadores: Adriana Aparecida Halfeld Guerra, Alair de Rezende, Arnóbio Joaquim de Souza, Flavio Raviere de Castro, Jorge Ajax Brovini, Lincoln Rodrigues dos Santos, Marcílio Vieira Pacheco, Ronaldo dos Santos e Thalles de Souza Mazzi. Iniciada a reunião, o Presidente solicitou à Secretária que fizesse leitura da ata da reunião anterior, que, após ser colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente, o Presidente deu início à Ordem do Dia, informando a distribuição do projeto nº 03/2018, "que dispõe sobre abertura de crédito especial no vigente orçamento e dá outras providências", solicitando o parecer das comissões. O Vereador Jorge solicitou esclarecimentos acerca dessa solicitação de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para Tratamento de Água. A Vereadora Adriana ressaltou, que conforme comunicado por ela em reunião anterior, não aceita mais participar de comissões, ratificando que as normas regimentais não vêm sendo cumpridas, da forma como ela acha devida, reiterando o requerimento de sair de todas as comissões, inclusive como suplente, alegando que não encontrou publicação nenhuma de portarias de nomeação, pelo que se considera isenta nesse sentido, sem obrigação de apresentar parecer e os demais que forem nomeados pelo Presidente que o apresentem, da forma como acharem que deve. O Vereador Alair sugeriu que seja feito a apresentação de todos os projetos, sendo feita nova nomeação de comissão e na próxima reunião, já dá prosseguimento. O Vereador Jorge questionou se seriam para hoje essas nomeações, pois entre os projetos para hoje, alguns têm solicitação de votação única, pela urgência. O Vereador Alair disse ser favorável, mas que fica complicado para o Presidente. A Vereadora Adriana disse que é preciso observar se as questões colocadas são para serem tratadas em discussão de comissão ou na discussão do projeto, que a comissão avalia os projetos previamente, e que os projetos distribuídos obviamente passam pela Comissão de Finanças, e de Legislação, Justiça e Redação. A Vereadora disse que, em uma breve leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 06/2018, percebeu um erro e solicitou ao Executivo a correção, tendo sido feito um substitutivo, que já foi distribuído para os vereadores. A Vereadora disse que, pelo que colocou o Presidente, o assunto é parecer das comissões e que ela ratifica seu posicionamento, que há décadas, o parecer das comissões se limitava a todos os vereadores dizer "favorável", mas que ela se recusa a fazer dessa forma, mas é uma praxe da casa e que se os demais vereadores acharem melhor a seguir, seria uma saída, salvo se alguém quiser apontar algum vício nos projetos que estão no momento, sob o parecer das comissões, frisando que o que ela viu de equivocado no projeto nº 06/2018, já foi corrigido. O Vereador Alair manifestou que não fica confortável, em saber que pode gerar transtornos futuros e que a opinião dele é adiar a votação dos projetos, sendo esta reunião apenas para apresentar os mesmos, que seja feita uma consulta ao jurídico amanhã e marque outra reunião ainda esta semana. O Vereador Alair também manifestou que a Casa acostumou com a Vereadora sendo a representante de praticamente todas as comissões, solicitando que a Vereadora exare verbalmente o parecer conjunto das comissões desses projetos, pelo menos os de maior urgência e que nos próximos já serão feitos com a nova composição das comissões, pois já serão baixadas as novas portarias. A Vereadora aceitou fazer os pareceres de todos os projetos desta reunião. A Vereadora apresentou parecer verbal com relação ao Projeto de Lei do Executivo nº 03/2018, afirmando que o mesmo tem técnica redacional



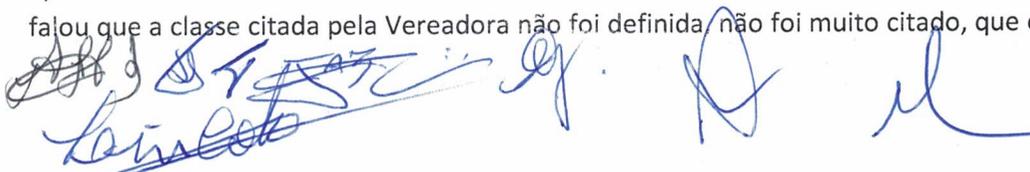
impecável, não existindo vício de iniciativa, pois a matéria que está sendo tratada é de iniciativa própria do Executivo, não tem vício de constitucionalidade, não está invadindo a seara de outros Poderes ou esferas da Federação, estando, a seu ver, apto a ser colocado em tramitação, enfatizando que é um projeto bastante simples, que envolve apenas uma abertura de crédito especial, em um valor bastante baixo. O parecer foi aprovado pelos demais membros das comissões. O Presidente colocou o projeto em discussão, tendo o Vereador Marcílio perguntado o local onde se pretende implantar a estação de tratamento de água, pois a água em Mar de Espanha é de responsabilidade da COPASA, questionando, ainda, se já tem projeto. A Vereadora Adriana disse que não chegou a se inteirar de detalhes, mas que, com certeza é algo que foi muito bem estudado, achando o valor bastante irrisório para uma estação de tratamento, mas talvez seja apenas a contrapartida municipal, o início da execução, mas com certeza, por ser de grande importância, até para o meio ambiente, acredita que não precisa de situações miúdas, mas como é a primeira votação, pode trazer, posteriormente, mais subsídios, mais detalhes. O Vereador Marcílio disse que concorda com tudo que a Vereadora falou, mas que, ao ser cobrado disso por populares, quer ter uma resposta concreta para dar aos mesmos, enfatizando que não é nenhuma crítica ao projeto. A Vereadora Adriana disse ser muito louvável o questionamento do Vereador Marcílio. O Vereador Jorge disse que é como se dar um cheque em branco, que sabe que a intenção é boa, mas que tem que saber para quem é e como seria. A Vereadora disse que ainda não passou pelo Conselho de Meio Ambiente, que talvez só vá abrir para possibilitar o projeto. O Presidente colocou o projeto nº 03/2018 em 1ª votação e os Vereadores Jorge, Flávio, Lincoln e Marcílio se abstiveram de votar, tendo os Vereadores Alair, Adriana, Arnóbio, Thalles e Ronaldo votado favoravelmente ao projeto, que foi, portanto, aprovado em primeira votação. O Presidente informou a distribuição do Projeto de Lei do Executivo nº 04/2018, “que dispõe sobre abertura de crédito especial no vigente orçamento e dá outras providências”, solicitando o parecer das comissões. A Vereadora Adriana apresentou o parecer verbal, afirmando que o projeto é constitucional, atendendo os requisitos de legalidade, assim como a técnica legislativa, ressaltando que não há o que se corrigir em termos de redação e que, com relação à iniciativa do projeto, ela é cabível ao Executivo, então não há invasão de esfera de competência, de atribuição, considerando o projeto apto a tramitação, ressaltando que se trata de projeto bastante simples. O Vereador Jorge solicitou que o Vereador Marcílio manifestasse, na condição de ex-Prefeito, por ser prevista a aquisição de veículo oficial. O Vereador Alair lembrou que estava em discussão o parecer. Os Vereadores, então, se manifestaram favoravelmente ao parecer. O Vereador Marcílio questionou se seria um ou mais veículos, acreditando ser um carro para o gabinete e expôs sua opinião, por conta também de ter passado por isso. O Vereador Marcílio afirmou não ser contra a compra desse veículo, até porque já foi Prefeito e acha que o Prefeito tem que ter um carro adequado para que ele possa fazer suas viagens com segurança, por conta das estradas, que, às vezes, não tem manutenção adequada; citou que apenas não é favorável ao momento que estão passando, pois é um momento crítico onde se fala em política, os políticos são apedrejados a toda hora. Solicitou que o Presidente leve sua opinião ao Prefeito, que o momento para ele não é o adequado para se fazer esta compra, mas que respeita a opinião dos demais. O Vereador disse que não sabe de que forma, mas que essa situação já está rodando na cidade e já ouviu críticas a respeito, inclusive na padaria. O Vereador Marcílio reafirmou que não votará contra, mas se absterá de votar, porque também será cobrado e entende a necessidade do Prefeito, e que, quando foi Prefeito, a Prefeitura



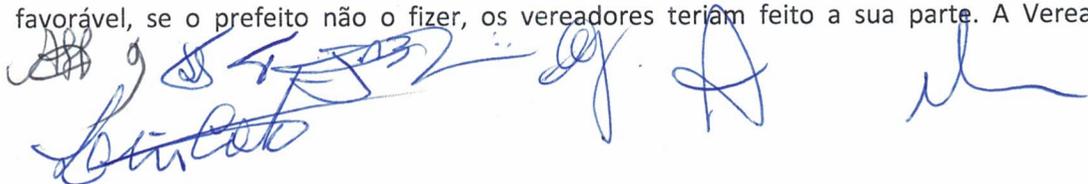
tinha um polo, que estava em estado como esse carro está hoje, já desgastado por já ter rodado muito; que entende o desgaste do veículo, a custo de manter o veículo rodando e acaba, no final, largando até o Prefeito na estrada e ter que outro veículo prestar socorro; ressaltou que a situação que ele vê é apenas o momento, que esperasse passar esse momento de desarmonia que estamos vivendo, que está todo mundo acompanhando: desabastecimento, falta de combustível, que isso está sendo motivos de muitas críticas em qualquer local da cidade, mas que entende. O Vereador Marcílio prosseguiu, dizendo que, enquanto Prefeito, tinha comprado um carro particular e que por conta disso, rodou 35.000 quilômetros no seu carro particular, para não comprar um carro novo para o gabinete, que é o atual utilizado pelo atual Prefeito, e que, quando comprou, foi alvo de críticas e manifestou ter se arrependido de ter comprado o carro naquele momento, que faltou a ele experiência e humildade, por também estarem passando por um momento também difícil naquela época. O Vereador Marcílio disse saber que o Prefeito está fazendo isso com consciência, que tem capital para comprar, porque as contas estão equilibradas, como a Planejar passou no final do ano. O Vereador disse também que esta é a colocação e explicação da sua abstenção em votar, que ele acha que não é o momento para se comprar este carro, mas, na verdade, os Vereadores só aprovarão o dinheiro, e é o Prefeito que sabe se vai comprar ou não, e que o mesmo deve saber, obviamente, da necessidade de comprar. A Vereadora Adriana manifestou não entender muito a respeito de mecânica de veículos, mas que restou claro na justificativa do projeto de lei que o veículo que será substituído por esse que deverá ser adquirido, demanda manutenções frequentes, o que acaba onerando o erário e, às vezes, a aquisição de um veículo novo, trará economia, pois vai desonerar com relação as manutenções e também ressaltou que, obviamente, esse que está sendo utilizado, será levado a leilão, havendo uma compensação. O Vereador Jorge questionou se o veículo do gabinete já foi colocado em leilão. O Vereador Alair disse que esse carro utilizado já sofreu acidente e, logo depois, saiu a planilha do leilão e que, quando ele chegou do conserto, o Prefeito, que estava sem carro para viajar e viu que o serviço ficou muito bom, retirou ele da planilha do leilão, por necessidade, pois estava utilizando uma spin, que era o carro referência da Saúde. A Vereadora Adriana disse que tem que ver o benefício da continuidade do serviço público, porque um veículo que demanda essas manutenções constantes, e, como bem ressaltou o Vereador Marcílio, que pode falhar a qualquer momento, deixando de servir a seu propósito, pode provocar uma descontinuação na prestação de serviço, o que certamente vai ser muito prejudicial ao interesse público, ao andamento da Administração, que é voltada ao bem estar coletivo. A Vereadora exemplifica uma situação em que se tenha que se dirigir de imediato a Belo Horizonte, para se resolver uma situação importante para o Município, às vezes com hora marcada, agendado, e o veículo acaba sofrendo alguma pane, alguma avaria, que cause impedimento; então pesando essas questões, obviamente levando em consideração também o que foi falado pelo Vereador Marcílio, que não é questão de ele estar contra propriamente à compra, mas considera o momento político, que não seria viável e redundaria em problemas, como disse o Vereador, talvez da opinião popular ao prefeito, como ocorreu com o Vereador e ele citou. Mas pesando esses argumentos e pesando a situação de necessidade imperiosa de se ter um veículo com segurança para continuidade do serviço público, para que não haja uma ruptura nessa sequência que deve haver na prestação de serviço público, ainda considera o mais vantajoso adquirir, ainda que o momento, sabido por todos, é um momento de críticas; mas, se perdermos algum benefício em razão de um veículo ficar parado de uma hora para



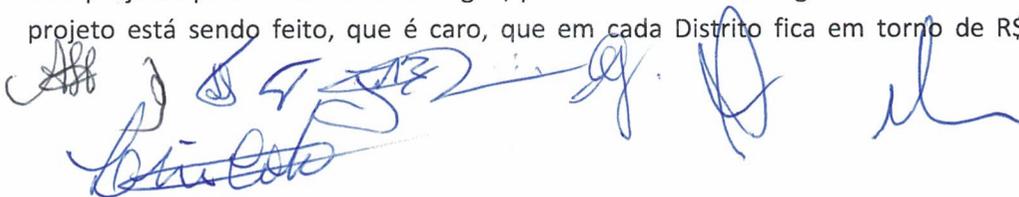
outra, sendo que sabemos que o veículo oferece o risco disso acontecer, talvez sejamos ainda mais criticados. O Presidente colocou o projeto em primeira votação, tendo os Vereadores Arnóbio, Alair, Adriana, Thalles e Ronaldo votado favorável e os Vereadores Marcílio, Jorge, Flávio e Lincoln se abstido de votar. O Presidente informou a distribuição do Projeto de Lei do Executivo nº 05/2018 “que corrige os vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Mar de Espanha/MG e contém outras providências” e solicitou o parecer das comissões. A Vereadora Adriana emitiu parecer verbal pelo conjunto de comissões, dizendo que há menção de estudo de impacto financeiro e que o percentual aplicado está de acordo com os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltou que o projeto é da iniciativa exclusiva do Poder Executivo, conforme prevê a Lei Orgânica e a Constituição Federal; que a redação do projeto está satisfatória e não há inconstitucionalidade, não há vício de iniciativa, não há invasão de esfera de atribuição e como tem menção ao impacto financeiro, de forma favorável, de forma a não ofender as questões financeiras, considera apto à tramitação; solicitou aos demais pares que se manifestem quanto ao parecer verbal. O Vereador Jorge disse que esteve presente na reunião das professoras na parte da manhã e escutou todas as reivindicações, todos os detalhes, perguntas e indagações, o porquê desse percentual de 15,64% (quinze vírgula sessenta e quatro por cento), que os questionamentos foram em torno desse percentual e sobre o piso salarial. O Vereador Jorge disse também que o Prefeito foi muito claro que ele sabe que existe um processo dos professores pedindo o piso vigente nacional, que é uma lei federal e eles pediram uma “retroatividade” ou retroação, com relação ao dinheiro e ele mostrou. O Vereador disse, ainda, que indagou ao Prefeito, na reunião, qual seria hoje a folha de pagamento, em que patamar está trabalhando e que fala assim por ter acompanhado o Vereador e ex-Prefeito Marcílio, que conversavam muito sobre isso, até sobre a Planejar, que hoje está na Prefeitura, que foi um excelente ganho, que conversavam muito sobre esses percentuais, o risco, que ele era muito rígido, enquanto Secretário de Saúde, na ordenação de despesas. Segundo o Vereador, o Prefeito está numa área de conforto, pois no que ele dá 15,64% (quinze vírgula sessenta e quatro por cento), ele garantiu, por isso que pede urgência e votação única, pois a folha de pagamento já está sendo rodada com este aumento. O Vereador Jorge disse que o Prefeito falou na reunião sobre o Cartão Individual do Trabalhador – CIT, que o Sicoob conseguiu franqueá-lo a custo zero, e que, segundo o Prefeito, o cartão não havia sido resolvido antes, pois os bancos estavam cobrando as tarifas muito altas e que o Sicoob, por tempo determinado, na Administração do atual Prefeito, garantiu manter a custo zero. O Vereador também disse que indagou na reunião se ele estava dando esse aumento mais o cartão, em quanto isso impactaria e o Prefeito disse que em torno de 47% (quarenta e sete por cento) e que prometeu que até o final do mandato dele, o piso estaria sendo pago na íntegra, conforme estabelecido pela Lei Federal. O Vereador Alair lembrou que estavam, ainda, em momento de se manifestarem sobre o Parecer das comissões, ao que os membros das mesmas se posicionaram a favor do parecer. O Presidente colocou o projeto em discussão e a Vereadora Adriana disse que propõe Indicação, pedindo envio de ofício ao Executivo, para que faça o possível em termos de cálculos, estudo de viabilidade e de possibilidade, no sentido de estender aos diretores e psicopedagogos o aumento, a correção da remuneração, que está bastante defasado, levando em conta que diretores trabalham, normalmente, em dois turnos, e que, no caso da escola do Bairro Floresta, são três turnos; que somente nos Distritos há apenas um turno. A Vereadora Adriana se manifestou favorável ao projeto. O Vereador Jorge falou que a classe citada pela Vereadora não foi definida, não foi muito citado, que o citado foi



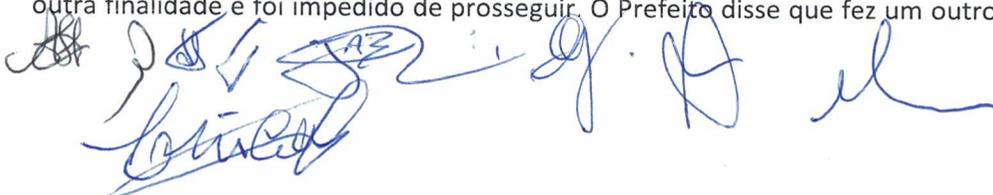
com relação a Secretários, porque existe uma lei específica e mais alguma classe que ela tem uma determinação específica, mas sobre diretores, ele não se lembra de ter ouvido na reunião. A Vereadora Adriana disse que, embora não estejam na regência, diretores são funcionários oriundos do Magistério e que seria justo serem contemplados também. O Presidente colocou a votação única do projeto em deliberação e foi aprovada por unanimidade, em seguida, colocou o projeto em votação única, tendo sido aprovado por unanimidade. O Presidente informou a distribuição do Projeto de lei do Executivo nº 06/2018 “que dispõe sobre abertura de crédito especial no vigente orçamento e dá outras providências” e solicitou o parecer das comissões. A Vereadora Adriana fez o parecer verbal, afirmando que o projeto é de iniciativa do Executivo, que não há vícios de constitucionalidade, não invade a seara de competência de demais esferas da União e outros poderes, que a redação está satisfatória, técnica legislativa também satisfatória, considerando o projeto apto a tramitação, frisando ao que se refere à Comissão de Legislação, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, pelo que se tem, está tudo correto, sem ferir lei alguma nesse sentido. Os demais vereadores acompanharam o parecer da Vereadora. O Vereador Jorge questionou o valor, considerando o mesmo muito baixo. O Presidente colocou o projeto em discussão. A Vereadora Adriana manifestou que o projeto está sendo solicitado pelo Executivo, em caráter de urgência, com votação única e frisou que acredita que essa necessidade se deve a ter ficado vago o cargo de Advogado I (um), que é o cargo responsável pela elaboração dos projetos de lei, e que apenas há pouco tempo ocorreu a nomeação do aprovado em concurso, por isso houve esse atraso e está havendo essa urgência e, estando bem justificado, concorda com a votação única. O Presidente colocou sob deliberação a votação única sobre o projeto, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado o projeto sob discussão e, em seguida, sob votação única, foi o mesmo aprovado por unanimidade. O Presidente informou a distribuição do Projeto de lei do Executivo nº 07/2018, “que altera a lei complementar nº 1.195/08 e contém outras providências” e solicitou o parecer das comissões, tendo a Vereadora Adriana apresentado parecer verbal, afirmando que o projeto é constitucional, é de iniciativa exclusiva do Executivo, por se tratar de vencimentos do funcionalismo, especificamente do Magistério, tem técnica legislativa correta, redação satisfatória, não há invasão de esfera de atribuição, estando na esfera de atuação do Município, não invadindo outras esferas e hierarquias, considerando o projeto apto a tramitação. Os demais vereadores acompanharam o parecer da Vereadora. O Vereador Jorge manifestou acerca da expressão “poderá ser pago”, alegando não constar um ganho real, ele é facultativo e gostaria de esclarecimentos se isso está condicionado à disponibilidade financeira, pois um pouco a frente se fala que ele será incorporado e com esse “poderá”, ele contradiz e gostaria de mais informações acerca disso. A Vereadora Adriana explicou que lei autorizativa, quando é necessário para o que Prefeito tome alguma medida, vem escrito “autoriza”; que o termo “poderá” na lei, muitas vezes é criticado por muitos estudiosos da legislação, ele quer dizer que “deverá”, pois a lei não existe para tornar algo facultativo, a não ser em caso de subsídios, de lei autorizativas. O Vereador Jorge disse que, no artigo 2º (segundo), diz que será um acréscimo sobre um acréscimo, e será um ganho muito grande para o Magistério, caso tenha a obrigatoriedade e que esse “poderá” gera dúvidas. O Vereador disse que quando recebeu o projeto, teve dúvidas e encaminhou para algumas Professoras para que elas pudessem tentar entender. O Vereador Alair manifestou que a Câmara, votando favorável, se o prefeito não o fizer, os vereadores terão feito a sua parte. A Vereadora



Adriana manifestou não ter como afirmar, pois o projeto foi distribuído na tarde de hoje, não teve tempo hábil para conversar com o Executivo. O Vereador Marcílio perguntou ao Vereador Jorge se a dúvida dele é com relação ao “poderá” e que dará sua opinião, como ex-Prefeito, que esse poderá está corretíssimo, pois o Prefeito tem que trabalhar assim, pois se ele afirma que irá fazer, tem que fazer e, se as coisas mudam, completou que após essa paralisação, greve, teremos um impacto, afetará tudo e, vendo o lado do Executivo, os Vereadores e funcionários cobram, mas se ele afirmar que vai fazer e não o fizer, responderá sozinho por isso e que todo Prefeito quer ver seus funcionários ganhando melhor, ruas limpas, estradas saíadas, então, se tiver como, obviamente será feito, porém o Município não dá conta, por não ter logística, nem capital para tudo, tirando as responsabilidades que são do Estado e Federação e muitas delas são jogadas para cima do Município, achando muito correto a palavra “poderá”. A Vereadora Adriana ponderou que o projeto não está falando em regência estritamente e que, nesse sentido, ela fica com dúvida se essa foi a real intenção ou foi um equívoco da redação do projeto e sugeriu que tais dúvidas fossem verificadas com o Executivo, para fins de redação. O Vereador Alair, com a permissão do Presidente, telefonou para o Prefeito e ele se dispôs em comparecer de imediato à Câmara para sanar as dúvidas levantadas. A Vereadora Adriana perguntou ao Prefeito sobre a dúvida referente ao projeto nº 07/2018, em que não consta sobre ser o percentual aplicado apenas aos regentes, ao contrário do que consta na exposição de motivos, que restringe a essa categoria, sendo respondido pelo Prefeito que é somente aos regentes. A Vereadora ponderou, então, sobre mesmo, podendo ser feita alteração, para fins de redação, tendo obtido a concordância dos demais vereadores. O Vereador Jorge perguntou ao Prefeito sobre o termo “poderá”, constante do mesmo projeto, e o Prefeito respondeu que é impositivo. O Vereador questionou se o aumento será o 15,64% (quinze, vírgula sessenta e quatro por cento) mais os 15% (quinze por cento), o Prefeito respondeu que esses 15% é excepcional da regência e que não era integralizado nos vencimentos, sendo o projeto para integrar definitivamente ao salário esse valor que, até então, é excepcional da regência, para que sirva de base para previdência, quinquênios, aprimoramento intelectual, sendo tais cálculos feitos em cima do valor maior. A vereadora perguntou ao Prefeito sobre a dúvida levantada por outro vereador no início da reunião, acerca do veículo a ser adquirido, conforme consta no projeto nº 04/2018, se o veículo seria para o gabinete, tendo o Prefeito respondido que também para o gabinete, mas que é para Administração, pois muitas vezes a demanda da Administração, faz com que se tenha que usar outro veículo, por não ter outros e que o carro que tem no gabinete não está em boas condições. A Vereadora perguntou se o atual carro do gabinete irá a leilão e o Prefeito disse que sim, inclusive, que já tem um saldo de um leilão feito anteriormente e que será usado na aquisição do novo veículo, pois esse saldo só pode ser utilizado para este fim, não sendo necessário o uso de muito dinheiro novo para a referida compra. O Vereador Flávio perguntou se serão adquiridos dois carros, tendo o Prefeito respondido que é apenas um. A Vereadora Adriana perguntou acerca do valor destinado a ABM, que alguns vereadores consideraram o valor irrisório, ficando a dúvida se o mesmo é mensal ou anual, tendo o Prefeito respondido que o valor é baixo mesmo, mas que é anual. A Vereadora perguntou ao Prefeito sobre dúvidas levantadas pelo Vereador Marcílio, com relação ao local de implantação da Estação de Tratamento de Água, ao que o Prefeito respondeu que estão sendo preparados dois projetos para Tratamento de Água, para os Distritos de Engenho Novo e Saudade, que o projeto está sendo feito, que é caro, que em cada Distrito fica em torno de R\$450.000,00



(quatrocentos e cinquenta mil reais), e que tem que haver a contra partida, que é o valor constante no projeto, para garantir que, caso o projeto seja viabilizado, o Município já tenha a dotação orçamentária para oferecer a contra partida. O Vereador Marcílio disse que a explicação do Prefeito está clara, e que ele questionou, pois eles serão cobrados e precisam saber o que responder. O Prefeito disse ser algo muito difícil, porque isso vai ser buscado na FUNASA e que, desde que o mesmo assumiu a Prefeitura, já tinha um projeto de Tratamento de Esgoto para Saudade e até hoje está lutando para conseguir, que já foi chamado para assinar em 2014, depois mudaram de ideia e deixaram Mar de Espanha para um segundo momento, que vieram aqui, o valor era de R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), reduziram para R\$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), mas daria para fazer e ainda está tentando recuperar, pois tudo começa com o projeto, que sem o projeto, não há nem a possibilidade de acontecer, dizendo que, lamentavelmente, nem é bom gerar expectativa, por ser algo muito difícil de conseguir, mas que continuará tentando. O Prefeito explicou que, se não tiver isso, o projeto também não segue, pois não teria dotação orçamentária para mostrar, pois quando se faz projeto, uma das coisas que tem que constar é que se tem a dotação orçamentária já prevista. O Vereador Jorge disse que o problema é que não veio claro no projeto, tendo o Prefeito pedido desculpas, pois como o Dr. Cascardo se aposentou, que o Dr. Bruno iniciou, sendo um bom profissional, mas que, como está começando agora, não conhece bem a realidade daqui, sendo mais técnico, mas que vem sendo orientado pelo Prefeito que tem que explicar, de fato, o que é, pois os vereadores serão cobrados e precisam explicar. A Vereadora Adriana agradeceu em nome de todos ao pronto atendimento do Prefeito em sanar as questões colocadas pelos vereadores e disse que se sentia honrada com a presença do Chefe do executivo na Câmara, tendo o Prefeito respondido que se sente em casa na Câmara, por ter sido vereador por doze anos, e que acha importante essa harmonia, conversa e boa relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, tudo com verdade, clareza e sinceridade. Citou que na reunião com as professoras, o Vereador Jorge esteve presente e enfatizou que foi uma reunião proveitosa, onde as professoras fizeram perguntas, tiraram dúvidas; dentre tais dúvidas, uma professora disse que pensava que o valor do piso salarial era enviado para o Município pelo Governo Federal, tendo o Prefeito esclarecido que não, que é criada a lei; explicou que, se fosse diferente, ele estaria cometendo um crime, que estaria se apropriando de um dinheiro que o Governo Federal mandou para as professoras, que seria muito bom se fosse realmente enviado pelo Governo Federal. O Vereador Alair comentou sobre a abastecimento de combustível, que está previsto para iniciar às 22 (vinte e duas) horas e se colocou a disposição para, como motorista da prefeitura, embora licenciado, levar algum carro para abastecer. O Prefeito disse que a previsão era para iniciar às 18 (dezoito) horas e, com isso, toda frota já está lá desde as 16 (dezesseis) horas, esclarecendo que, desde o dia anterior, estavam tentando contato com o Exército e Polícia Federal para tentar obter combustível, estava muito difícil e houve a negativa, após a qual ele fez contato com a Polícia Militar e conseguiu a escolta e saíram dois caminhões do "Posto Minateli" para Betim, para trazer o combustível para atender a Prefeitura de Mar de Espanha e a Prefeitura de Bicas, só que um dos caminhões não conseguiu passar, pois os manifestantes pararam em Conselheiro Lafaiete, só permitindo que um dos caminhões passasse, alegando que um preenchia os requisitos e o outro não, pois os documentos foram enviados, assinados por ele, mas que o segundo caminhão mudou e disse que não era para Prefeitura e sim para outra finalidade e foi impedido de prosseguir. O Prefeito disse que fez um outro documento e

The image shows several handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. The signatures are stylized and difficult to read, but they appear to be the names of the individuals mentioned in the text, such as the Mayor (Prefeito) and various council members (Vereadores). There are approximately five distinct signatures visible.

enviou para o Tenente tentar a liberação do segundo caminhão e disse que fez declaração para o Posto Santa Cecília e o Posto Santa Terezinha, razão social do posto da avenida, pois estão aceitando se for documento com papel timbrado da Prefeitura, assinado pelo prefeito, afirmando que é para finalidade de Saúde, Educação, coleta de lixo e coisas do gênero. Encerrada a Ordem do Dia, o Presidente deu início ao Horário Regimental. Os vereadores Thalles, Flávio e Jorge, embora inscritos, abstiveram da fala. O Vereador Alair solicitou a ajuda dos vereadores, para um abaixo assinado, para colocação de redutores de velocidade no Rosário e que o mesmo está a disposição no Bar Sumaré. O Vereador Jorge disse que o local onde os moradores solicitam redutores de velocidade é em frente à padaria e o outro em frente à esquina da loja Erotikil. O Vereador Alair falou sobre placa de carga e descarga, que o Gustavo Gouvêa está procurando por ele todos os dias, a respeito de uma placa em frente a sua loja, Julio's Modas, solicitando ajuda da Vereadora, no Conselho. A Vereadora Adriana disse que não se recorda de ter chegado até o Conselho nenhuma solicitação para o local. A Vereadora manifestou acerca da colocação das passarelas, dizendo que acha interessante o abaixo assinado, mas que paralelamente, poderia ser feito pedido ao Conselho da Cidade, através desta Câmara, em envio de ofício, para que estudem a viabilidade da instalação das duas passarelas, pelos técnicos. O Vereador Marcílio concordou com a colocação da Vereadora, pois não são os moradores que escolherão o local onde os redutores são instalados e sim os técnicos que farão um estudo para ver o melhor local. O Vereador Flávio, reiterou sua solicitação acerca de placa no cruzamento das Ruas Dulce Frade Sales e Inácio Ribeiro de Carvalho. A Vereadora Adriana apresentou proposta de tema do Prêmio Lacyr Schettino de Redação do ano de 2018, conforme previsto na Resolução nº 336/2015, com alterações por Resolução em 2017, propondo aos senhores que analisem o tema Alves Júnior, que foi um escritor que residiu em Mar de Espanha, veio para cá em 1920, criou o Jornal O Atlante, bastante importante na década, permaneceu aqui até a véspera da Revolução de 30, no dia 07 de outubro, sofreu algumas perseguições, em razão de ser deflagrada essa Revolução, houve um empastelamento da tipografia dele; frisou que foi um poeta bem profícuo, escritor, teve livros editados, editou o mensário "O Mar de Espanha" na década de 20, entendendo ser ele um merecedor dessa homenagem póstuma e até mesmo de um desagravo do que ocorreu com ele na época da Revolução e seria interessante para os alunos participantes do Prêmio, que estudem e conheçam melhor a vida desse outro poeta que residiu em Mar de Espanha. O Presidente colocou a Indicação da Vereadora em votação, sendo aprovada por unanimidade. O Vereador Lincoln apresentou indicação verbal, dizendo que, no final do Bairro Jardim Guanabara, depois da confecção do Léo, tem um beco e os moradores estão solicitando melhorias, como iluminação. A Vereadora sugeriu que, para ser mais rápido o atendimento da Indicação do Vereador, seja enviado ofício ao departamento competente, frisando que o funcionário responsável é o Ronaldo Rosa Martins. O Presidente colocou todas as indicações em votação, sendo aprovadas por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião, marcando uma próxima para quarta-feira, 05 de junho do ano em curso, às 19 horas. Para constar eu, Thalles de Souza Mazzi, layrei a presente ata. Sala de Sessões 29 (vinte e nove) de maio de 2018 (dois mil e dezoito).

